

Comunicado conjunto 06/07/2023

NEGOCIAÇÃO COM A MENZIES SEM ACORDO À VISTA!

Conforme tínhamos comunicado no final da reunião da semana passada em que não tinha existido qualquer possibilidade de acordo com a Menzies, mantivemo-nos disponíveis para, de forma construtiva, poder chegar a um acordo que satisfaça todas as partes.

Foi com esse espírito que participámos hoje em nova reunião, onde após um intenso debate sobre intenções de flexibilidade que nos foram apresentadas e onde apresentámos os nossos argumentos, que são sobejamente conhecidos. É fundamental a implementação de um novo modelo de organização de tempos de trabalho que acabe com a desregulação total em que vivemos hoje!

É positivo que a Menzies aceite um modelo de 4x2, mas não pode ser à custa de desregular outras variáveis da organização dos tempos de trabalho, o que, estamos convictos, conseguimos demonstrar.

No que diz respeito ao modelo de tabelas salariais a partir de 2024, a proposta apresentada condiciona a aplicação dos valores que propusemos (que acompanham nominalmente até 2026 o aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida) ao desconto da receita adicional do IPC (Taxa de Inflação) do valor das anuidades e das evoluções na carreira, princípio esse que pode ser gerador de iniquidades e injustiças, sobretudo no pós-2026 e que não resolve a absorção até 2026 dos graus mais baixos, pelo aumento da RMMG.

Para além disso, foi proposta a integração do Complemento Extraordinário e Temporário (CET) nos salários base em 2023, tendo sido aceites também a resolução dois pontos prévios que reivindicamos há muito:

- Trabalhadores que se encontram estagnados em graus sem tempo de permanência (222 trabalhadores que cumprem requisitos para poderem evoluir, nos termos do AE)

- Trabalhadores que estavam na empresa em 2011 e foram integrados no AE2012, com salários base inferiores (84 trabalhadores)

Da parte da Menzies foi abandonada a proposta de quaisquer congelamentos nas anuidades e nas progressões de carreira, o que consideramos, naturalmente positivo. Ainda assim, mantém-se a proposta de eliminação do PDL (Prémio de Distribuição de Lucros).

Da nossa parte, reiterámos que não serão os trabalhadores da Groundforce a subsidiar o pagamento integral aos credores, bem como descontos a quaisquer clientes e reiterámos também que a manutenção das atuais condições, que sufocam as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Groundforce, continuam a alimentar um clima social insustentável, que a todos deve preocupar (designadamente, investidor, credores e clientes)! Os trabalhadores da Groundforce não abdicam de nenhuma forma de luta, não descurando que possam optar pela greve, caso a possibilidade de acordo seja gorada!

Não obstante, o facto de a reunião ter terminado sem acordo, mantemo-nos disponíveis para um acordo equilibrado, o que consideramos, não existe até este momento!

Lisboa, 06 de julho de 2023

As Direções

SITAVA - STHA